

Ofício nº 93/2019/SAS-ANA
Documento nº 02500.048994/2019-58

Brasília, 15 de julho de 2019.

Ao Diretor Presidente
Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte - IGARN
Rua do Calcário, nº 1989, Bairro Lagoa Nova
59076-240 – Natal – RN

Assunto: **Resultado da certificação das metas contratuais do 1º período do 2º ciclo do Progestão referente ao exercício de 2018 e determinação do valor da 1ª parcela a ser transferida ao estado do Rio Grande do Norte.**

Referência: Processo nº 02501. 003818/2018

Senhor¹ Diretor Presidente,

1. Vimos dar conhecimento ao estado do Rio Grande do Norte do resultado da certificação das metas contratuais do 1º período do 2º ciclo do Progestão, estabelecidas nos Anexos III, IV e V do Contrato nº 048/ANA/2018, referente ao exercício de 2018.

2. Esclarecemos, conforme Nota Técnica nº 13/2019/COAPP/SAS, de 9 de julho de 2019, que o estado atendeu parcialmente as metas de cooperação federativa e plenamente as metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, perfazendo uma **nota final igual a 96,8805%**. Dessa forma, estará apto a receber a **1ª parcela no valor parcial de R\$ 968.805,00** (novecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinco reais), uma vez comprovada a regularidade fiscal do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte - IGARN prevista no contrato.

3. Para a certificação das metas de cooperação federativa foram elaboradas Notas Técnicas pelas Unidades Organizacionais (UORGs) responsáveis da Agência Nacional de Águas (ANA), tendo por base o Relatório Progestão apresentado pelo estado.

4. Com vistas a dar ciência do teor das análises realizadas, encaminhamos anexos as seguintes Notas e Pareceres Técnicos referentes às certificações das metas de cooperação federativa:

- Parecer Técnico nº 07/2019/COCAD/SFI (documento nº 02500.026146/2019-98) e Nota Técnica nº 26/2019/COSUB/SIP (Documento nº 02500.034904/2019) – Meta I.1 referente à integração dos dados de usuários de recursos hídricos;
- Nota Técnica nº 03/2019/CCAPS/SAS (Documento nº 02500.034818/2019) – Meta I.2 referente à capacitação em recursos hídricos;
- Nota Técnica nº 34/2019/SPR (Documento nº 02500.032635/2019) – Meta I.3 referente à contribuição para a difusão do conhecimento (Conjuntura);
- Parecer Técnico nº 113/2019/SGH (Documento nº 02500.026591/2019) e Nota Técnica nº 12/2019/COART/SOE (Documento nº 02500.026698/2019) – Meta I.4 referente à prevenção de eventos hidrológicos críticos;



- Nota Técnica nº 31/2019/COSER/SRE (Documento nº 02500.033045/2019) – Certificação da Meta I.5 referente à atuação para segurança de barragens;
- Nota Técnica nº 13/2019/COAPP/SAS (Documento nº 02500.048020/2019) – Consolidação da certificação e determinação do valor da parcela a ser transferida.

5. Na oportunidade, observamos que a aplicação dos recursos do programa no estado vem sendo realizada de forma expressiva em despesas com diárias e passagens, caracterizadas, essencialmente, como ações de custeio. Considera-se importante alertar que os investimentos do programa devem ser voltados exclusivamente para atividades relacionadas ao fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, conforme contrato assinado. Ressaltamos ainda a importância de que sejam adequadamente documentados pelo estado todas as despesas realizadas.

6. Cabe ainda observar a necessidade de rever os desembolsos previstos no Plano Plurianual de Aplicação para o período 2019 a 2022, conforme orientado na Nota Técnica nº 13/2019/COAPP/SAS e de, após apreciação junto ao CONERH, encaminhar cópia para a ANA.

7. Finalmente, esclarecemos que, caso seja de seu interesse, o Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte tem um **prazo de 10 dias úteis, após o Aviso de Recebimento (AR), para contestar o resultado desta certificação**, para fins de nova análise pela UORG da ANA responsável. Em caso contrário, solicitamos encaminhar manifestação, por e-mail, para o gestor do contrato (jlgzoby@ana.gov.br) para as providências quanto ao pagamento da 1ª parcela no valor mencionado.

8. Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Nota Técnica nº 3/2019/CCAPS/SAS
Documento nº 02500.034818/2019-39

Em 24 de maio de 2019.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Assunto: **Certificação do cumprimento da "Meta de Cooperação Federativa 1.2 - Capacitação em recursos hídricos" prevista para o primeiro período do segundo ciclo do Progestão do Estado do RN**

Referência: 02501.003818/2018-04

1. Esta Nota Técnica visa atestar o cumprimento, pelo Estado do Rio Grande do Norte, da "Meta de Cooperação Federativa 1.2 - Capacitação em recursos hídricos" prevista para o primeiro período do segundo ciclo do Progestão.
2. Esta meta consiste em promover o planejamento das ações de capacitação nos estados, em consonância com suas prioridades de gestão específicas. Para isso os estados devem identificar e articular parcerias com instituições de ensino e outros órgãos gestores municipais, estaduais e federais para implementação das atividades previstas nas programações anuais de capacitação com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento da atuação dos gestores estaduais e ampliar e qualificar o envolvimento social nas instâncias participativas.
3. Para a certificação desta meta, a Entidade Estadual deve apresentar no Relatório Progestão 2018 os itens I, II e III (constantes do Anexo I da minuta de contrato): I) Proposta do Plano de Capacitação, em conformidade com os componentes mínimos estabelecidos pela ANA; II) Apreciação do Plano de Capacitação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos; III) Programação anual das atividades de capacitação previstas para o ano de 2019, em consonância com o Plano aprovado.
4. Os itens têm os seguintes pesos: 25% para os itens I e III e 50% para o item II.
5. O Plano Plurianual de Capacitação (item I), deve considerar os seguintes itens mínimos: i) O desafio de gestão de recursos hídricos que a capacitação pode contribuir para solução; ii) Competências (entregas) relacionadas a esses desafios, conforme o mapeamento das competências feito em conjunto com representantes do SINGREH pela ANA; iii) Identificação de quem (instituição, ente do sistema estadual, setor de uma instituição) é responsável por essa entrega, o público que deve ser capacitado; iv) Indicação dos temas (conteúdos) relacionados ao desenvolvimento das competências necessárias; v) Estratégia para implementação da ação de capacitação, definindo os tipos de capacitação utilizadas, os critérios de priorização, as fontes de financiamento, as parcerias e as formas de monitoramento e avaliação das atividades.
6. Na avaliação do Plano de Capacitação, cada critério exigido para a elaboração vale 2 pontos. Assim, se o critério foi totalmente atendido teve nota 2; parcialmente, nota 1 e não atendido, nota 0. Assim a nota máxima para o Plano vale 10 pontos, que corresponde à 25% da meta.



7. Para a certificação do item II, deve ser entregue documento comprovando a apreciação do Plano de Capacitação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A apresentação desse documento garante 50% da meta.
8. A Programação Anual de Capacitação para 2019 (item III), deve apresentar minimamente as seguintes informações: i) O ente do sistema estadual atendido; ii) Tema(s) relacionado(s) à capacitação planejada; iii) Tipo de capacitação; iv) Título da atividade; v) Carga horária; vi) Público; vii) Executor da atividade; viii) Fonte de recursos.
9. Na avaliação da Programação de Capacitação, cada informação exigida vale 1,25, totalizado 10 pontos, no máximo, que corresponde à 25% da meta.
10. Analisando os documentos enviados, o Estado do Rio Grande do Norte apresentou Plano de Capacitação Plurianual com os critérios mínimos exigidos. O estado apresentou uma Programação Anual para 2019 que atende aos oito quesitos exigidos. Foi também apresentado o Ofício nº 0181 da SEMARH comprovando a aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do "Plano de Capacitação em Recursos Hídricos para o período 2019-2022".
11. Observa-se apenas que, para posterior aperfeiçoamento do documento, é interessante apresentar, no diagnóstico do Plano, os quantitativos dos atores do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. O número de servidores e representantes de instâncias colegiadas que atuam no sistema estadual é importante para o acompanhamento da implementação do Plano, pois possibilita indicar o alcance das ações de capacitação. Além disso, as programações anuais devem ser destacadas do Plano e enviadas separadamente.



12. Do que foi exposto, conclui-se que o Estado do Rio Grande do Norte cumpriu 100% da "Meta de Cooperação Federativa 1.2 - Capacitação em recursos hídricos": foram entregues comprovações dos itens I, II e III com todos os critérios exigidos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CELINA MARIA LOPES FERREIRA
Especialista em Recursos Hídricos

De acordo.

(assinado eletronicamente)
MARIANA BRAGA COUTINHO DE ALMEIDA
Coordenadora de Capacitação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

De acordo à Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Nota Técnica nº 12/2019/COART/SOE
Documento nº 02500.026698/2019-04

Em 30 de abril de 2019.

Ao Senhor Superintendente de Operações e Eventos Críticos
Assunto: **PROGESTÃO II (Estado do RN) - Certificação da Meta de Cooperação Federativa I.4: Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos - Ciclo 2 - Período 1.**
Referência: 02501.003818/2018-04

INTRODUÇÃO

1. O Segundo Ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, composto por 5 Metas de Cooperação Federativa e outras 5 de Fortalecimento da Gestão Estadual, foi regulamentado pela Resolução ANA nº 1.506, de 07 de agosto de 2017, e pela Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013, e tem seus procedimentos para acompanhamento e certificação de metas estabelecidos pela Resolução ANA nº 1485, de 16 de dezembro de 2013.

2. De acordo com a Resolução nº 379/ 2013, “o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO será desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREHs que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos SINGREH, visando:

I - promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e

II - fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e Participativo”.

3. Esta Nota Técnica visa analisar e certificar parte da **Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos**, sob responsabilidade da Superintendência de Operações e Eventos Críticos – SOE, e da Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH.

4. Esta meta corresponde à “operação adequada dos sistemas de prevenção a eventos críticos, caracterizada pelo funcionamento adequado dos equipamentos automáticos de coleta e transmissão de dados hidrológicos, bem como pela disponibilização de informações aos órgãos competentes”.

5. A parte avaliada nesta Nota Técnica se refere a:
a. “IV. Produção de boletins diários (dias úteis), mensais e/ou sobre eventos críticos disponibilizados para órgãos competentes do estado, bem como para a ANA, CENAD e CEMADEN, contendo informações claras e suficientes para o acompanhamento hidrológico e a tomada de decisão (Períodos 1 a 5)”.



ANÁLISE E CERTIFICAÇÃO DA META

6. Em 20 de novembro de 2018, foi assinado o Contrato nº 048/2018/ANA – PROGESTÃO II, entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte – IGARN, e como interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH.
7. Neste contexto, é apresentada nesta Nota Técnica a análise do Relatório PROGESTÃO 2018 – Segundo Ciclo, 1º período de Certificação, do Estado do Rio Grande do Norte – RN, Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos.
8. Para análise da Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos, especificamente da parte relativa à “*Produção de boletins diários*”, foi solicitado aos Estados a apresentação de um “Relatório de Consolidação dos Boletins Diários da Sala de Situação”, contendo:
- a. O modelo do(s) boletim(ns) que foi(ram) produzido(s) durante o ano de 2018, inclusive sobre eventuais eventos críticos ocorridos;
 - b. A indicação da quantidade aproximada de cada tipo de boletim produzido;
 - c. Se houve ou não publicação em website e, em caso afirmativo, com a informação do endereço eletrônico; e
 - d. Os órgãos que receberam os referidos boletins.
9. Nessa análise, verificou-se que:
- a. Foram produzidos Boletins Diários de Monitoramento Hidrometeorológico, os quais são atualizados de forma semiautomática, por meio de um banco de dados contendo dados da situação volumétrica dos reservatórios, atualizados pelo IGARN;
 - b. Foram produzidos 237 Boletins Diários de Monitoramento Hidrometeorológico;
 - c. O boletim diário é enviado, por meio de ofício, para as seguintes instituições: todos os Municípios do Estado do RN, o Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte (IGARN), a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), todas as Secretarias de Estado do Rio Grande do Norte, além dos principais jornais e blogs do Estado e da publicação na página oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Apodi-Mossoró, principalmente no período da quadra chuvosa (fevereiro-maio);
 - d. Os Boletins da sala também são disponibilizados na página eletrônica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH-RN no link: <http://www.semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=2445&A CT=&>



10. Pelo exposto, certificamos o cumprimento de 100% da parte relativa à "Produção de boletins", referente à Meta de Cooperação Federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
EDMILSON SILVA PINTO
Especialista em Recursos Hídricos

De acordo, encaminhe-se à SAS.

(assinado eletronicamente)
JOAQUIM GONDIM
Superintendente de Operações e Eventos Críticos

Nota Técnica nº 26/2019/COSUB/SIP
Documento nº 02500.034904/2019-41

Em 27 de maio de 2019.

Ao Coordenador de Águas Subterrâneas
Assunto: **Certificação do cumprimento da Exigência II da Meta Federativa 1.1 do Progestão referente ao exercício de 2018 - Estado do Rio Grande do Norte.**
Referência: 02501.001283/2017

INTRODUÇÃO

1. Esta Nota Técnica trata da verificação do atendimento, pelo estado do Rio Grande do Norte, da exigência II da Meta 1.1- Complementação de dados adicionais de poço para as captações subterrâneas de usuários regularizados ao longo do período de 2018, agrupados na plataforma CNARH versão 40 com a denominação Dados do Poço.
2. A exigência II da meta 1.1 consiste no compartilhamento das informações específicas às captações de água por poços, quais sejam: dados hidrogeológicos, construtivos, do teste de bombeamento e de qualidade da água. Os dados a serem preenchidos devem ser todos aqueles disponibilizados pelos usuários nos procedimentos de regularização do poço. Assim, o número mínimo de campos preenchidos para que o registro seja contabilizado como válido levará em consideração a comparação entre o que foi disponibilizado no CNARH versão 40 com os dados que são requeridos do usuário no processo de regularização.
3. As análises foram elaboradas considerando os critérios de avaliação para este exercício definidos no Informe nº 12, de 29 de outubro de 2018 e apresentados no quadro 1, sendo uma obrigação dos estados encaminhar as informações referentes aos itens A e B.



Quadro 1- Critérios para o cálculo do percentual da nota da exigência II da meta 1.1

| Itens solicitados | Forma de obtenção da lista pelos estados | Descrição da fórmula utilizada para o cálculo de atingimento da meta | Percentual de usuários a serem cadastrados até 31/01/2018 | Percentual equivalente da nota total da certificação |
|---|--|---|---|--|
| A) Lista 1 – lista das captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018 cujos <u>Dados do Poço</u> foram compartilhados no CNARH | Elaborar consulta no CNARH 40 para disponibilização dos dados | $\left(\frac{\text{item A}}{\text{item B}}\right) * 100\%$ | 100% | 50% |
| B) Quantitativo de captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018 | Informar o número de poços regularizados pelo estado entre 01/01/2018 e 31/12/2018 | Caso essa informação não seja repassada impossibilitará a contabilização do atingimento do item A | -- | -- |
| TOTAL | | | | 50% |

ANÁLISE E CERTIFICAÇÃO DA META

4. Para a análise foram utilizados os dados encaminhados pelo Estado a partir de seu relatório e respectivos anexos, os quais foram comparados com os dados existentes no CNARH ao final do prazo estabelecido para inserção ou consistência dos dados (31/01/2019). Para atendimento da exigência II verificou-se quais os registros continham ao menos os dados técnicos básicos de poços, comumente disponíveis nos pedidos de outorga em todos os estados, como natureza do ponto, profundidade do poço e os dados do teste de bombeamento. Registros sem esses dados foram considerados inválidos, à exceção daqueles que contivessem outros dados relevantes, como dados de qualidade da água.

Quadro 2 – Cálculo do percentual da nota da exigência II da meta 1.1

| Itens Analisados | Quantitativos |
|---|---------------|
| A) Lista 1 – lista das captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018 cujos Dados do Poço foram compartilhados no CNARH | 768 |
| B) Quantitativo de captações subterrâneas regularizadas pelo estado em 2018 | 771 |
| Percentual de usuários regularizados em 2018 com dados do Poço cadastrados no CNARH (100%) $(\text{item A})/(\text{item B}) * 100\%$ | 99,61% |
| Percentual relativo ao cumprimento da exigência II da meta 1.1 (50%) | 49,81% |

5. Para comprovação da meta, o estado enviou uma lista com 1590 registros de poços regularizados em 2018, dos quais 809 consistiam em outorgas de direito de uso e o



restante usos insignificantes. Para certificação da exigência II foram considerados apenas os registros de outorga, uma vez que o estado não exige teste de bombeamento para os usos insignificantes. Dos 809 registros de outorga, 38 estavam repetidos, restando 771, número considerado no item B do cálculo do percentual. Entre esses registros, 768 foram considerados válidos. Os registros 834203, 882372 e 893315 não foram validados por não possuírem dados suficientes.

6. Dado o exposto, o Estado do Rio Grande do Norte **atingiu o percentual de 49,81% para a meta 1.1, referente à exigência II**, no 1º período do Ciclo 2 do Progestão.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
LETÍCIA LEMOS DE MORAES
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)
MÁRCIA TEREZA PANTOJA GASPAR
Especialista em Recursos Hídricos

De acordo,

À SIP, para prosseguimento.

(assinado eletronicamente)
FERNANDO ROBERTO OLIVEIRA
Coordenador de Águas Subterrâneas

De acordo,

À SAS, para providências.

(assinado eletronicamente)
TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO
Superintendente de Implementação de Programas e Projetos



Nota Técnica nº 31/2019/COSER/SRE
Documento nº 02500.033045/2019-73

Em 17 de maio de 2019.

À Coordenadora de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens
Assunto: **Certificação da Meta Federativa I.5 (Atuação para Segurança de Barragens) do Progestão para o estado do Rio Grande do Norte, referente ao exercício de 2018 - primeiro período de certificação do Progestão II**
Referência: 02501.003818/2018-04

Introdução

1. Esta Nota Técnica tem o objetivo de atestar o cumprimento da Meta I.5 – Atuação para Segurança de Barragens do Progestão para o estado do Rio Grande do Norte, que adotou 2018 como o primeiro período de certificação do Progestão II (segundo ciclo).
2. O cumprimento em 2017 da meta I.5 pelo estado foi atestado na Nota Técnica nº 12/2018/COSER/SRE (documento nº [00000.030378/2018-75](#)).
3. A presente análise baseia-se no **Informe n° 09 de 11 de junho de 2018**, nas Resoluções ANA nºs 379/2012, 1.485/2013 e nº 1506/2017, no contrato do programa firmado com o estado, no relatório recebido do estado comprovando o atingimento das metas, nas informações para o Relatório de Segurança de Barragens enviadas e informações cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragem-SNISB.
4. Observa-se que a partir do segundo ciclo do Progestão as metas passam a ser diferenciadas para cada estado, conforme o estágio de implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens na região.
5. As metas pactuadas, bem como a aferição das notas estão descritas no Anexo II.

Análise das informações recebidas

6. A **tabela 1** constante no **Anexo I** resume os dados constantes no cadastro enviado pelo estado, além de outras informações presentes no Relatório enviado.
7. Já a **tabela 2** explicita as metas pactuadas, os pesos considerados para cada critério e as notas, bem como eventuais observações.
8. Oportuno observar (meta I) que pelos números apresentados foram regularizadas 49 barragens em 2018 (diferença do total de barragens regularizadas em 2018 e 2017) e a meta era 60 barramentos regularizados.
9. Ademais, quanto às metas II e III, várias barragens da lista apresentada no Relatório como classificadas em 2018 constam da lista das barragens classificadas em 2017, sendo que a meta sempre se refere a novas barragens, por isso o estado não atingiu a nota máxima no quesito.



10. Com isso, o estado do Rio Grande do Norte obteve na meta I.5 do Progestão 2018, conforme a Tabela 2, a **nota 7,5**.

11. Por fim, ressalte-se que o estado pode solicitar reconsideração da nota concedida desde que acompanhada de fundamentação e documentos comprobatórios.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE ANDERÁOS
Especialista em Recursos Hídricos

De acordo.

(assinado eletronicamente)
FERNANDA LAUS DE AQUINO
Coordenadora de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens

De acordo, encaminhe-se à SAS.

(assinado eletronicamente)
RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES
Superintendente de Regulação



ANEXO 1

Tabela 1 – Síntese dos dados cadastrais – Progestão 2018

| | RIO GRANDE DO NORTE (IGARN) (META I.5: SÍNTESE DOS DADOS CADASTRAIS) | | |
|---|--|-----------------|---|
| | 2017 | 2018 | OBSERVAÇÕES GERAIS |
| N. BARRAGENS CADASTRADAS SNISB | 128 | 215 | 87 barragens cadastradas no SNISB em 2018 |
| N. BARRAGENS CADASTRADAS RSB | 515 | 480 | |
| BARRAGENS REGULARIZADAS | 125 | 174 | pelos números apresentados foram regularizadas 49 barragens em 2018 |
| CLASSIFICADAS DPA | 244 | 241 | |
| REGULADAS | 250 | 219 | |
| CLASSIFICADAS CRI | 245 | 242 | |
| COMUNICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO AO EMPREENDEDOR | não | não evidenciada | |
| REGULAMENTAÇÃO | sim | sim | Regulamentações realizadas em 2017 |
| ENVIO DE INFORMAÇÕES RSB ATÉ 31 DE MARÇO 2019 | sim | sim | |
| INFORMAÇÕES ENVIADAS NO PADRÃO | sim | sim | |

ANEXO II

Tabela 2 – Metas I.5, pesos e notas – Progestão 2018

| RIO GRANDE DO NORTE (IGARN) (META I.5: PESOS E NOTAS) | | | |
|--|------------------|------------|---|
| META | PONTUAÇÃO MÁXIMA | NOTA | OBSERVAÇÕES |
| I Regularizar 60 barragens | 3 | 2,5 | pelos números apresentados foram regularizadas 49 barragens em 2018 (diferença do total de 2018 e 2017) |
| II Classificar 60 barragens quanto ao DPA | 2 | 1 | vária barragens da lista apresentada no Relatório já tinham sido classificadas no ano anterior. A meta sempre se refere a novas barragens |
| III Classificar 60 barragens quanto ao CRI | 2 | 1 | vária barragens da lista apresentada no Relatório já tinham sido classificadas no ano anterior. A meta sempre se refere a novas barragens |
| IV Inserir no SNISB 60 barragens regularizadas | 2,5 | 2,5 | |
| V Não se aplica | | | |
| VI Envio das informações para o RSB no prazo e no padrão | 0,5 | 0,5 | |
| TOTAL | 10 | 7,5 | |



Nota Técnica nº 34/2019/SPR
Documento nº 02500.032635/2019-89

Em 15 de maio de 2019.

Ao Superintendente Adjunto de Planejamento em Recursos Hídricos
Assunto: **Certificação do Estado do RN no âmbito do PROGESTÃO quanto ao cumprimento da meta federativa 1.3: Contribuição para a Difusão do Conhecimento.**
Referência: 02501.002128/2013

1. A presente Nota Técnica trata da verificação ao atendimento da *Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento* no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO. A seguir são apresentados dados gerais do objeto da avaliação:

Processo: 02501.002128/2013

Contrato Progestão: 116/ANA/2013 e 048/2018

Contratante: Agência Nacional de Águas

Contratada: Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte - IGARN

Objeto do contrato: transferência de recursos financeiros da ANA à ENTIDADE ESTADUAL, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO, na forma de pagamento pelo alcance de metas de gerenciamento de recursos hídricos, mediante o cumprimento das metas de gestão

Data da assinatura do contrato: 31/12/2013

Objeto da avaliação: Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento - Compartilhamento no âmbito do SINGREH, por meio de instrumento específico, das informações sobre a situação da gestão de águas que subsidiam a elaboração do Relatório "**Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**".

Ano de avaliação: 2º Ciclo – 1º Período - ano 2018

2. A ANA, conforme atribuição conferida pela Resolução CNRH nº 58/2006, elabora anualmente, desde 2009, o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Todas as versões do Relatório de Conjuntura encontram-se disponíveis para download no portal eletrônico da ANA (www.ana.gov.br). A participação dos estados, através das secretarias estaduais de recursos hídricos e meio ambiente e órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, tem sido decisiva para atingir os resultados apresentados.

3. Conforme especificado no Anexo I ao contrato 116/ANA/2013 (Processo de Certificação das Metas de Cooperação Federativa e de Gerenciamento de Recursos Hídricos em Âmbito Estadual), a **Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento**, corresponde ao compartilhamento no âmbito do SINGREH das informações sobre a situação da gestão de águas que subsidiam a elaboração do Relatório "**Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**". Esta avaliação trata, portanto, do atendimento à solicitação para subsidiar a elaboração do Relatório "**Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2019**", cujos dados foram solicitados em setembro de 2018.

4. O critério de avaliação da meta do PROGESTÃO, conforme previsto em contrato, consiste no envio por parte do estado do Rio Grande do Norte das informações solicitadas no prazo estabelecido e conforme formato definido pela ANA.



5. Para a elaboração do Relatório de Conjuntura – Informe 2019 a ANA, em 17/09/18, enviou ofício para o Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte - IGARN (Ofício nº 54/2018/SPR-ANA – doc. Próton 056411/2018-97) solicitando informações para o Relatório de Conjuntura – Informe 2019.
6. Informamos que, em função dos dados para atendimento da **Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento** terem sido solicitados ao Estado antes da assinatura do Contrato do 2º ciclo do Progestão, a certificação foi efetuada tomando como base as métricas de certificação do contrato anterior (1º ciclo), sendo que, a partir de 2019, os dados solicitados para o atendimento da meta 1.3 serão aqueles listados em anexo ao contrato firmado no 2º ciclo do Progestão.
7. Nessa situação, as informações de Qualidade das Águas e Outorgas Estaduais são as que se enquadram para efeito de avaliação do Progestão, pois são as que necessitam de atualização sistemática e periódica e são as que necessitam estar integradas à base de dados do Conjuntura em formato específico. O envio dessas informações objetiva apresentar uma visão integrada dos recursos hídricos em âmbito nacional, incorporando as informações dos diversos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
8. Ao receber a solicitação da ANA, o IGARN sistematizou as informações sobre qualidade das águas e outorgas estaduais solicitadas e enviaram para a agência no dia 12/11/18, por meio do Ofício nº 73/2018/IGARN – Gabinete/IGARN (Doc. Nº 067428/2018-70). As informações apresentadas atenderam ao prazo e ao padrão solicitados pela ANA e foram incorporadas à base de dados do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos – Informe 2019, em elaboração.
9. Conforme os critérios e as métricas estabelecidas pela SPR, na Nota Informativa nº 02/2019/SPR, de 15/02/19 (Doc. 009554/2019-85), para a avaliação de cada item da **Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento**, o Estado atingiu **94%** da nota final (média da pontuação total das notas referentes aos dados de Qualidade das Águas e de Outorgas Estaduais). As pontuações referentes a cada item avaliado estão apresentadas no Anexo 1.
10. Considerando o exposto e a fórmula de avaliação do Progestão, constante do Anexo I do Contrato Progestão 116/ANA/2013, atesta-se o **cumprimento no que se refere ao compartilhamento das informações que subsidiam a elaboração do Relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2019" (Meta 1.3: Contribuição para difusão do conhecimento)**.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
LAURA TILLMANN VIANA
Especialista em recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE LIMA DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
Coordenador de Conjuntura e Gestão
da Informação

De acordo. À SAS para conhecimento e providências pertinentes.

(assinado eletronicamente)
FLÁVIO HADLER TRÖGER
Superintendente Adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos

ANEXO 1. CRITÉRIOS AVALIADOS E PONTUAÇÕES RECEBIDAS NO ÂMBITO DA META FEDERATIVA 1.3 – CONTRIBUIÇÃO PARA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO.

Tema 1. Informações sobre Outorgas de Uso dos Recursos Hídricos

| OUTORGA DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------------|--------------|----------------------|------|--------------|---------------|----------|----------|-------------|----------|-------------|--------|----------------|---------------------|-----------------|
| SITUAÇÃO 1: PONTUAÇÃO RELATIVA AOS DADOS DE OUTORGAS PARA UF QUE NÃO TEM INSTITUÍDA A COBRANÇA | | | | | | | | | | | | | | | |
| Critérios avaliados | Vazão máx. out.* | Nome usuário | Finalidade Principal | Tipo | Data emissão | Data validade | Situação | Ato adm. | Nome munic. | Nome rio | Coordenadas | NOTA** | ENVIO NO PRAZO | ENVIO NO FORMATO*** | PONTUAÇÃO TOTAL |
| Pontuação máxima | 5 | 2 | 20 | 20 | 4 | 4 | 4 | 2 | 2 | 2 | 20 | 80 | 10 | 10 | 100 |
| Pontuação obtida | 5 | 2 | 20 | 20 | 4 | 4 | 4 | 2 | 2 | 2 | 20 | 80 | 10 | 10 | 100 |

* Requisito eliminatório (o não envio implica em pontuação zero)

** Pontuação referente aos parâmetros

*** Formato refere-se ao envio conforme o modelo de tabela, extensão do arquivo solicitados e coordenadas em lat/long (graus decimais)

Tema 2. Informações sobre Monitoramento da Qualidade da Água

| MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA | | | | | | | | |
|------------------------------------|--------|-------------|----------|-----------|----------------------|--------------|----------|-----------------|
| Tab 1. INFORMAÇÕES SOBRE COLETAS | | | | | | | | |
| Critérios avaliados | CODIGO | COORDENADAS | ALTITUDE | DESCRIÇÃO | ENTIDADE RESPONSÁVEL | CORPO D'ÁGUA | AMBIENTE | PONTUAÇÃO TOTAL |
| Pontuação máxima | 5 | 7,5 | 2,5 | 2,5 | 2,5 | 5 | 5 | 30 |
| Pontuação obtida | 5 | 7,5 | 0,0 | 0,0 | 2,5 | 0 | 5 | 20 |

OBS: Houve redução na pontuação nos itens "altitude", "descrição" e corpo d'água" pois não preencheram a tabela com as informações.

| MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA | | | | |
|------------------------------------|--------|-------------|------------|------------------|
| Tab 2. INFORMAÇÕES SOBRE PONTOS | | | | |
| Critérios avaliados | CODIGO | DATA COLETA | PARÂMETROS | PONTUAÇÃO MÁXIMA |
| Pontuação máxima | 12,5 | 12,5 | 25 | 50 |
| Pontuação obtida | 12,5 | 12,5 | 23 | 48 |

OBS: Houve redução de pontuação no item "parâmetros". Segue-se justificativa técnica: (1) quando o status for 2 ou 3 não colocar os símbolos <ou> no campo do valor do parâmetro;

(2) quando o parâmetro não tiver sido medido naquele ponto colocar o valor "0" no status e no valor do parâmetro; (3) se o status for 2 porque o valor está abaixo do limite de detecção, colocar o valor "0" e o status "2".

| MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA | | | | | |
|------------------------------------|----------|----------|----------------|-------------------|-----------------|
| PONTUAÇÃO TOTAL OBTIDA | | | | | |
| | TABELA 1 | TABELA 2 | ENVIO NO PRAZO | ENVIO NO FORMATO* | PONTUAÇÃO TOTAL |
| Pontuação máxima | 30 | 50 | 10 | 10 | 100 |
| Pontuação obtida | 20 | 48 | 10 | 10 | 88 |

* Formato refere-se ao envio conforme modelo de tabela/extensão do arquivo solicitado

Pontuação Final: (Pontuação Total Tema 1 + Pontuação Total Tema 2) / 2

Pontuação Final: (100 + 88) / 2 = 94

Parecer Técnico nº 7/2019/COCAD/SFI
Documento nº 02500.026146/2019-98
Referência: 02500.020277/2019-61

Certificação da Meta Federativa 1.1 do Progestão referente ao exercício de 2018 – Estado RN.

Introdução

1. Este Parecer Técnico tem o objetivo de atestar o cumprimento do item I da Meta 1.1 – Integração dos Dados de Usuários de Recursos Hídricos do Segundo Ciclo do Progestão, tendo como ano de referência 2018, para o estado do Rio Grande do Norte.
2. As análises foram elaboradas considerando os critérios de avaliação definidos para este exercício, conforme Informe nº 12 do Progestão, disponibilizados para o Estado em 29 de outubro de 2018, que indica que a certificação para o item I da Meta 1.1 do 1º período, correspondente ao ano de 2018, será comprovada mediante ao encaminhamento dos seguintes itens:
 - A. Lista dos usuários inseridos no CNARH que foram regularizados pelo estado em 2018;
 - B. Indicação do quantitativo de usuários regularizados pelo estado em 2018.
3. Cabe ressaltar que para o cumprimento da meta foram utilizados os dados existentes exclusivamente no atual CNARH.
4. Observa-se ainda que, para todas as possibilidades de disponibilização dos dados, a comprovação dos itens A e B, equivalerá a 50% da nota de avaliação da meta 1.1 do 1º período do Segundo Ciclo do Progestão.

Análise dos encaminhamentos

5. Para a análise foram utilizados os dados encaminhados pelo Estado a partir de seu relatório e respectivos anexos sendo comparados com os dados existentes no CNARH. Posteriormente foi calculado o percentual equivalente da comprovação da meta, a partir dos quantitativos de usuários regularizados informados pelo Estado. A Tabela 1 apresenta resumo dos dados encaminhados pelo Estado do RN e da análise realizada

| Itens solicitados | RN |
|--|------------|
| A) Lista 1 - usuários inseridos no CNARH que foram regularizados em 2018 | 2.200 |
| B) Quantitativo – usuários regularizados pelo estado em 2018 | 2.200 |
| Percentual de usuários regularizados em 2018 que se encontram cadastrados no CNARH $(100\%) \left(\frac{A}{B} \right) * 100\%$ | 100% |
| Percentual relativo ao cumprimento do item I da meta 1.1 (valor máximo possível – 50% do total de comprovação da Meta 1.1) | 50% |



Tabela 1 – Situação de análise dos itens solicitados para certificação do item I da Meta 1.1 do 1º período do Segundo Ciclo do Progestão para o estado do RN.

6. Na última linha da Tabela 1 é possível visualizar o percentual de cumprimento da meta I.1 para o estado do RN, a partir dos cálculos realizados, conforme determinado pelo Informe nº 12. Observa-se que o Estado atingiu um percentual de cumprimento em **50,0%** para o item I da referida meta, no 1º período do ciclo 2 do Progestão.

É o parecer técnico.

Brasília, 26 de abril de 2019.

(assinado eletronicamente)
MAURICIO PONTES MONTEIRO
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)
RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Coordenadora de Cadastro

De acordo, encaminhe-se à SAS.

(assinado eletronicamente)
ELIANA ADJUTO BOTELHO
Superintendente Adjunta de Fiscalização

Parecer Técnico nº 113/2019/SGH
Documento nº 02500.026591/2019-58
Referência: 02501.000502/2013; 02501.001283/2017

Certificação de Meta de Cooperação Federativa 1.4 (Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos) do PROGESTÃO-Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, referente ao exercício de 2018, em atendimento à Circular nº 1/2017/SAS.

I - INTRODUÇÃO

1. O presente Parecer Técnico tem por finalidade atender à Circular nº 1/2019/SAS (documento nº 02500.020277/2019-61) que solicitou a certificação das metas federativas do Progestão referentes ao exercício de 2018, conforme previsto nas Resolução ANA nº 379/2013, Resolução ANA nº 1.485/2013 e nº 1506/2017.
2. O Progestão é composto por cinco metas de Cooperação Federativa e outras cinco metas de gestão Estadual. Deverá ser desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, visando:
 - I – Promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e
 - II – Fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.
3. Dentro deste contexto, coube a esta Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH analisar os documentos constantes dos Relatórios do Progestão, a fim de embasar a certificação dos 50% (cinquenta por cento) da Meta de Cooperação Federativa 1.4, que aborda a Prevenção de Eventos Hidrológicos no aspecto do desempenho da transmissão de dados telemétricos das Plataformas de Coleta de Dados (PCD's) instaladas para atendimento das Salas de Situação.
4. No presente documento são feitas também algumas considerações para o aperfeiçoamento dos critérios da Meta 1.4 em relação aos Estados que participam do monitoramento de açudes no Nordeste.

II - MÉTODO DE AVALIAÇÃO

5. Para proceder a certificação da Meta de Cooperação Federativa 1.4, que aborda a Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos dos Estados, deve ser constatado, pela SGH, o funcionamento adequado dos equipamentos automáticos de coleta e transmissão de dados hidrológicos, bem como a realização de campanhas de campo para a manutenção corretiva da estação telemétrica, em tempo adequado, custeada integralmente pelo Estado com recursos do Progestão.
6. Importante ressaltar que o critério para a certificação é a análise tanto da manutenção corretiva realizada pelos estados necessária ao desempenho adequado na transmissão e disponibilização de dados telemétricos, quanto à obtenção do Índice de



Transmissão e Disponibilização de Dados Telemétricos (ITD) superior ao desempenho de 80% anual.

7. O índice (ITD) é calculado automaticamente pelo Sistema Gestor PCD (Sistema HIDRO-Telemetria) cujo programa foi desenvolvido pela ANA, e se encontra disponível online¹. Todos os dados publicados por esse sistema são de livre acesso aos estados, o que permite aos seus representantes verificar em tempo real os problemas de funcionamento das PCD's.

8. Para cada Estado, foi obtido o ITD relativo ao período de janeiro a dezembro de 2018, das estações da Rede de Alerta. Após a emissão do relatório, calculamos a média anual, a partir da média mensal indicada no relatório, referente ao conjunto de estações telemétricas.

9. Para o cálculo da média anual, consideramos apenas as estações telemétricas instaladas com PCD's enviadas pela ANA, conforme quantitativos pactuados nos Acordos de Cooperação Técnica assinados entre a ANA e os Estados, preferencialmente com a tecnologia de transmissão remota por satélite GOES, cuja responsabilidade de manutenção corretiva do equipamento foi atribuída ao órgão estadual participante do Acordo.

10. O resultado do ITD médio anual consolidado para as 26 (vinte e seis) Unidades da Federação encontra-se em planilha anexa.

Unidades da Federação que atingiram o critério objetivo da Meta 1.4

11. Primeiramente, após a análise dos relatórios verificamos que 15 (quinze) Estados obtiveram o desempenho médio mínimo de 80% de transmissão de dados telemétricos em toda sua Rede de Alerta definida (Tabela 1). Além do alcance do ITD mínimo de 80%, não foi constada a falta de manutenção corretiva de PCD em nenhum dos casos.

12. Confirmamos ainda junto aos representantes dos Acordos de Cooperação Técnica -ACT's pela ANA se o desempenho das estações telemétricas foi devido às intervenções efetuadas pelo órgão estadual ou exclusivamente por parte da CPRM, a fim de certificar que o cumprimento da meta foi plenamente satisfatório.

13. Alguns Estados não disponibilizaram a ficha de inspeção de PCD no endereço de servidor FTP criado para essa finalidade. Porém, a descrição das atividades feitas nas estações telemétricas estão contidas no corpo dos Relatórios do Progestão, ou foram incorporadas ao formulário eletrônico que está em desenvolvimento pela ANA/SGH (aplicativo Survey123).

Tabela 1 – UF's com média anual maior ou igual a 80% do ITD

| Ordem | Estado | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|--------------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| 1 | Alagoas | 93 | 11 | sim |
| 2 | Bahia | 89 | 8 | sim |
| 3 | Ceará | 81 | 9 | não |
| 4 | Distrito Federal | 96 | 13 | sim |
| 5 | Espírito Santo | 81 | 4 | sim |
| 6 | Goiás | 92 | 4 | sim |
| 7 | Maranhão | 95 | 8 | não |
| 8 | Mato Grosso | 95 | 13 | sim |
| 9 | Mato Grosso do Sul | 93 | 12 | não |
| 10 | Pará | 91 | 12 | sim |

¹ Endereço eletrônico disponível para consulta <http://gestorpcd.ana.gov.br/ProGestao.aspx>



| Ordem | Estado | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|-----------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| 11 | Piauí | 81 | 6 | sim |
| 12 | Roraima | 99 | 10 | não |
| 13 | São Paulo | 84 | 18 | não |
| 14 | Sergipe | 86 | 8 | não |
| 15 | Tocantins | 90 | 14 | sim |
| Total | | 90 | 150 | * |

* 9 apresentaram arquivos das fichas no servidor ftp ANA/PROGESTÃO, e 6 não disponibilizaram tais arquivos

14. No Gráfico 1 é possível visualizar o desempenho das PCD's em comparação ao quantitativos de estações da Rede de Alerta analisada. O menor quantitativo está sob a responsabilidade de Espírito Santo e Goiás (4 PCD's) e as maiores redes estão com São Paulo e Tocantins (18 e 14 PCD's, respectivamente).

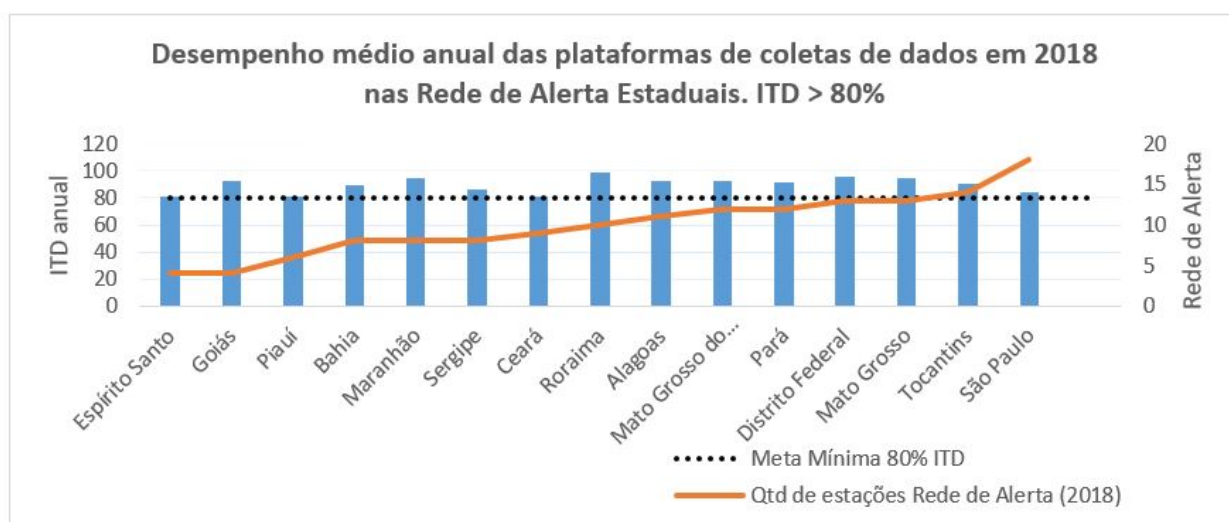


Gráfico 1 – Desempenho das PCD's das UF's que alcançaram o critério da Meta 1.4

Unidades da Federação que não atingiram o critério objetivo da Meta 1.4

15. Para os casos em que o critério objetivo de alcance das Metas não foi atingido, ou seja, o conjunto de plataforma de coleta de dados avaliado durante o exercício de 2018 não produziu o mínimo de dados exigido, maior ou igual a 80% de Índice de Transmissão e Disponibilidade de dados hidrológicos -ITD, fizemos uma avaliação global dos Estados, registrando os problemas e peculiaridades, caso a caso.

16. Após a avaliação, concluímos pela anuência às justificativas e peculiaridades das instituições estaduais envolvidas, salvo em relação ao Estado do Amapá e do Amazonas.

17. Em relação ao Estado do Amazonas, não houve qualquer comprovação de engajamento e atuação do Estado para solucionar os problemas de manutenção das PCD's. Não foi enviado relatório, tampouco comunicação formal ou informal aos gestores dessa Superintendência de realização de visitas às estações da Rede de Alerta, em busca de uma atuação conjunta mais efetiva e economicamente viável. Em razão da logística mais complexa para acessar às PCD's na região, e ainda o fato de o Estado já ter sido penalizado



outras vezes pelo mesmo motivo, sugere-se que os critérios para o alcance da Meta 1.4 sejam revistos para o caso específico da UF em questão.

18. Em relação ao Estado do Amapá são feitas as mesmas observações cabíveis ao Estado do Amazonas, acrescentando que o próprio Estado se manifestou no sentido de não terem sido oferecidas pela instituição as condições mínimas necessárias para visitas a estação (falta combustível, carro e voadeira).

19. Para os demais Estados, apesar de o critério objetivo (ITD > =80%) não ter sido alcançado, o engajamento dos técnicos e servidores dos respectivos órgãos estaduais, e/ou o reconhecimento notório de que a instituição estadual já atua efetivamente para manter o seu próprio sistema de alerta (MG, PR, SC e RS) foram aspectos suficientes para inferir que pelo menos uma parte das estações da Rede de Alerta foi operada adequadamente, a fim de garantir a disponibilização de dados hidrológicos para uso na Sala de Situação.

20. Outro fator a ser mencionado que pesou para aceitar as justificativas apresentadas pelo Estado é a recente falta de peças de reposição das PCD's (sensores, antenas e modems) que podem ter contribuído para as falhas de transmissão. O compromisso feito era de a ANA ser a responsável pelo fornecimento dessas peças, mas as restrições orçamentárias impostas nos últimos anos têm prejudicado o planejamento e execução de suprimento de materiais para a Rede de Alerta.

Tabela 2 – UF's com média anual menor que 80% do ITD e justificativas apresentadas

| Ordem | Estado | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Justificativa do Estado | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|---------------------|---------------------------|---------------------------------|---|-------------------------|
| 1 | Acre | 57 | 10 | falta de sensor | sim |
| 2 | Amapá | 70 | 5 | falta de combustível, carro e voadeira | não |
| 3 | Amazonas | 79 | 9 | Não houve manifestação se fez manutenção corretiva. Falta articulação da SEMA com a ANA, CPRM e contratadas da ANA para fazer serviços nas estações | não |
| 4 | Minas Gerais | 79 | 37 | Não há relatos de visitas. No entanto, são estações operadas e mantidas pelo IGAM/MG. Não há repasse de recursos financeiros pela ANA. As estações que tiveram interrupção na transmissão durante o ano, foram recuperadas pelas equipes de campo do IGAM. | não |
| 5 | Paraíba | 49 | 5 | As PCD's foram instaladas no canal do Projeto de Integração do Rio São Francisco-PISF que esteve sem escoamento. A AESA retirou as PCD's para evitar vandalismo. Justificativa acatada | sim |
| 6 | Paraná | 73 | 13 | Semelhante à situação do IGAM/MG a responsabilidade das estações fluviométricas da Rede de Alerta é do Instituto das Águas do Paraná, pois a ANA não transfere recursos financeiros anuais para operação da RHN (Rede Hidrometeorológica Nacional). Daí conclui-se que não houve apoio da CPRM ou empresa contratada pela ANA para a recuperação ou manutenção das PCD's. | não |
| 7 | Pernambuco | 76 | 23 | Alega que algumas estações transmitiram dados, mas que não passaram no filtro do gestor PCD, em razão de rio seco, plantas aquáticas etc.,. A partir de out/18 as fichas foram inseridas no Survey123. Justificativa acatada | não |
| 8 | Rio Grande do Norte | 63 | 7 | No corpo do relatório do Progestão faz um resumo sobre as 7 estações (troca de PCD, sensor, etc). | não |



| Ordem | Estado | Média Anual do ITD (2018) | Qtd estações base do ITD (2018) | Justificativa do Estado | Ficha de inspeção (ftp) |
|-------|-------------------|---------------------------|---------------------------------|--|-------------------------|
| | | | | Mencionada também a necessidade de se dedicar ao GDH até o mês de maio/18. Justificativa acatada | |
| 9 | Rio Grande do Sul | 78 | 18 | Metade das Rede de Alerta (Progestão) já está como Rede de Referência. Nesse modelo de operação a CPRM tem no máximo 5 (cinco) dias para reestabelecer o funcionamento e transmissão da PCD. Por esse motivo, não há mais necessidade de participação do Estado. Para as 9 (nove) estações restantes, é possível deduzir que o Estado teve participação direta para o funcionamento e transmissão das PCD's. Porém, recomenda-se ao órgão avaliar a situação das estações que deixaram de transmitir dados e, se necessário, comunicar à ANA a falta das principais peças de reposição (sensores e antenas). | não |
| 10 | Rondônia | 56 | 4 | Os relatórios de inspeção estão no corpo do Relatório do Progestão. Nos relatórios é possível ver o engajamento dos técnicos do Estado (SEDAM). Foram visitadas várias estações, inclusive estações da RHNR 2017/2018 que deveriam estar na carga patrimonial da CPRM. Com a implantação de mais estação da Rede de Referência (Príncipe da Beira), o Estado ficará apenas com duas PCD's. | não |
| 11 | Santa Catarina | 76 | 41 | A Sala de Situação e as PCD's são operadas pela EPAGRI- empresa pública vinculada ao Governo Estadual. As estações da Rede de Alerta fazem parte do Contrato nº 073/2016/ANA no que tange à manutenção preventiva assinado pela ANA com a EPAGRI. Dessa forma o alcance das metas é custeado pela Estado, uma vez que no caso de manutenções corretivas a responsabilidade dos custos é da Epagri/SC. | não |
| | Total | 69 | 172 | | |

21. No Gráfico 2 é possível visualizar o desempenho das PCD's em comparação ao quantitativos de estações da Rede de Alerta analisada. O menor quantitativo está sob a responsabilidade de Rondônia (4 PCD's) e as maiores redes estão com Minas Gerais e Santa Catarina (37 e 41 PCD's, respectivamente).



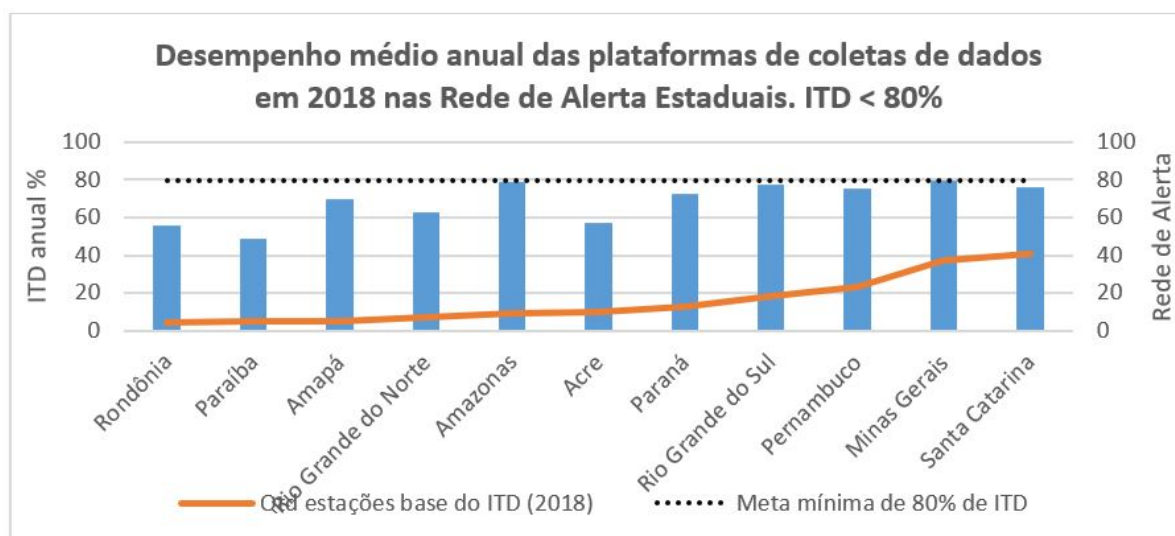


Gráfico 2 – Desempenho das PCD's das UF's que não alcançaram o critério da Meta 1.4

III- REDE DE REFERÊNCIA E MONITORAMENTO DE AÇUDES DO NORDESTE:

22. Considerando que o Progestão já está no seu 2º Ciclo com a adesão da maioria dos Estados, e ao abordar especificamente a Meta 1.4 que trata sobre os sistemas de prevenção dos eventos hidrológicos críticos, aproveitamos o presente momento de certificação para registrar que algumas ações em andamento nessa Superintendência (SGH) têm influenciado diretamente os Estados no cumprimento da Meta Federativa em questão, ou ainda causado uma espécie de sombreamento de atribuições, os quais serão explicitadas nos parágrafos seguintes.

23. No ano de 2016, no âmbito do Memorando de Entendimento realizado com o Serviço Geológico dos Estados Unidos- USGS (2015), além do intercâmbio técnico-científico o planejamento da RHN também foi contemplado como uma atividade importante a ser desenvolvida pelos especialistas do USGS, ANA e CPRM. Nesse contexto, foi criado um grupo de trabalho-GT formado por especialistas da ANA e CPRM para consolidar os objetivos gerais e específicos da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência-RHNR conceituada como “uma rede estações hidrometeorológicas operadas em nível de excelência e com tecnologia de última geração, a fim de prover dados confiáveis, representativos e tempestivos, para conhecimento hidrológico, gestão de recursos hídricos e pesquisa científica”²

24. Um dos resultados das discussões feitas para o desenho da RHNR foi a definição de 6 (seis) objetivos gerais³, com enfoque nos interesses de representatividade nacional, em razão das funções institucionais da ANA no contexto do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH. São eles:

- 1) Transferências e Compartilhamentos Interestaduais e Internacionais
- 2) Eventos Hidrológicos Críticos
- 3) Balanços e disponibilidades hídricas
- 4) Mudanças e tendências de longo prazo
- 5) Qualidade da água
- 6) Regulação dos Recursos Hídricos

² Documento “Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência-RHNR – Objetivos e Critérios da RHNR”, Grupo de Trabalho ANA-CPRM, Portaria ANA no 151, de 31 de março de 2016, ANEXO I do Documento nº 00000.065347/2016-73, Referência: 02501.001885/2015



25. Além da definição metodológica e participativa dos objetivos de monitoramento da Rede de Referência, com a supervisão do USGS prevista no Projeto Anexo nº 3⁴ já foram adaptadas para o modelo citado mais de 200 (duzentas) estações fluviométricas, sendo 92 (noventa e duas) somente em 2018, como podem ser verificadas na Figura 1.

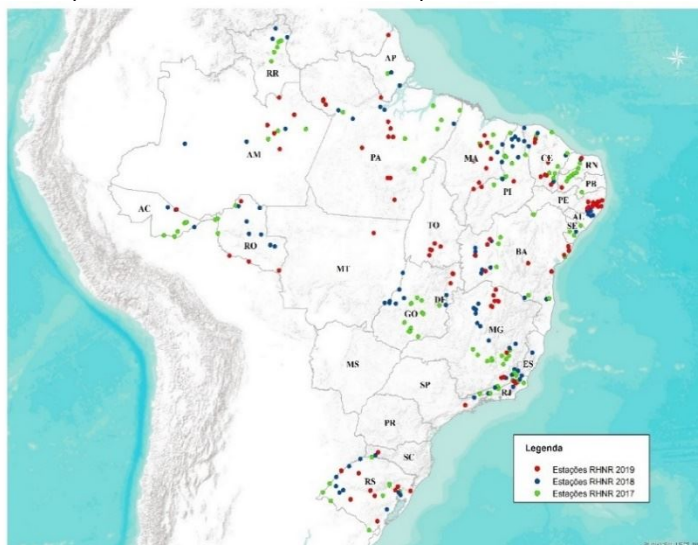


Figura 1. Rede de Referência implementada no ano de 2018.

26. Com a implementação gradativa da Rede de Referência, uma parte da Rede de Alerta dos Estados definida em conjunto com a ANA⁵, nos anos de 2010 a 2013, será operada no modelo de Rede de Referência acima mencionado. Uma vez que nesse modelo de operação, as falhas das PCD's deverão ser corrigidas em no máximo 5 (cinco) dias, além da realização de 6 (seis) medições de vazão ao ano para um bom ajuste de curva-chave, depreende-se que é desnecessária a mobilização de recursos estaduais para o funcionamento adequado da PCD.

27. Atualmente (2019) os Estados com a maior redução de estações sob a sua responsabilidade são os citados abaixo (Tabela 3):

Tabela 3 – Impacto da implementação da Rede de Referência na Rede de Alerta

| Estado | Qtd estações base do ITD (2018) | Rede de Referência implementada de 2017-2019 | Estações remanescentes sob a responsabilidade do Estado |
|----------|---------------------------------|--|---|
| Roraima | 10 | 9 | 1 |
| Amapá | 5 | 3 | 2 |
| Rondônia | 4 | 2 | 2 |
| Pará | 12 | 9 | 3 |

28. Uma outra ação em curso na Superintendência que interfere substancialmente no desempenho das equipes estaduais envolvidas para o cumprimento do critério da Meta 1.4 (Operação de PCD's) é a implantação do projeto de monitoramento de açudes. O projeto foi concebido pela ANA nos anos de 2014/2015 e consiste em automatizar a forma de transmissão do dado de cota lida pelo observador no açude, garantindo a confiabilidade e

⁴ Contrato tramitando conforme atos administrativos do Processo Administrativo nº 02501.004049/2018

⁵ Na modelagem feita para a Rede de Referência foram incluídos no objetivo de eventos críticos as estações selecionadas em conjunto com o Estado (total de 441 estações da RHN)



tempestividade da informação, ante um cenário de crise que foi resultado da longa estiagem pela qual os Estados do Nordeste vêm enfrentando nos últimos anos (Figura 2).

29. O projeto está sendo mantido atualmente meio do Contrato nº 004/2017⁶, celebrado com a empresa Maxx que presta serviços de fornecimento de SMS e de celulares aos observadores de **451 açudes** selecionados como prioritários para gestão de recursos hídricos, pela ANA e pelos Estados da Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, Piauí e Sergipe, apoiando especialmente os eventos de estiagem.

30. O projeto de monitoramento de açudes é importante pois os dados de cota coletados por esse serviço estão sendo colocados à disposição da sociedade por meio do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR), gerido pelas Superintendências de Operação de Reservatórios e Eventos Críticos (SOE) e de Tecnologia da Informação (STI). A ANA contratou empresas para a revitalização das seções de réguas dos açudes (Figura 2) e do desenvolvimento do sistema de transmissão de dados (GDH), enquanto os órgãos estaduais selecionaram os observadores, e apoiaram a fiscalização das contratadas pela ANA, bem como a distribuição dos celulares e o respectivo treinamento dos observadores para a leitura e envio das cotas (Figura 3).



Figura 2 – Padrão definido pela ANA para instalação das Seções de Réguas e RNs



⁶ Os dados diários são disponibilizadas no Sistema Nacional de Informações Hidrológicas – GDH, disponível em <http://www.snirh.gov.br/gdh/> e posteriormente no sistema Hidro, pelo portal SNIRH.



Figura 3 – Situação atual do projeto – todas as etapas implementadas e em pleno funcionamento.

31. Portanto, a fim de garantir o monitoramento diário de açudes em 9 (nove) Estados (PB, RN, BA, PI, PE, AL, SE e MG), os órgãos estaduais têm de cumprir as seguintes funções que foram pactuadas com os responsáveis pela condução do projeto:

- a. Fiscalização dos serviços de instalação das estações pela empresa contratada pela ANA;
- b. Seleção dos observadores, entrega dos celulares (termo de responsabilidade) e treinamento dos mesmos;
- c. Acompanhamento do trabalho realizado pelo observador;
- d. Substituição do observador quando necessário;
- e. Execução mensal da medição de vazão em pontos de afluência e defluência;
- f. Recebimento de ligações dos observadores que não conseguiram enviar dados automaticamente;
- g. Entrega das fichas dos observadores para a ANA/CPRM;
- h. Levantamento da correlação réguas antigas/novas, quando existirem.

32. Considerando que a essência do Progestão é fomentar a gestão das águas em território nacional, de forma integrada, descentralizada e participativa, e que a efetividade e engajamento do Estado deve ser coerente com as suas demandas e realidades, sugerimos incluir na Meta de Cooperação Federativa 1.4 que trata da prevenção de eventos hidrológicos críticos critérios objetivos que sejam reflexo também da participação do Estado para os eventos de estiagem, tais como o apoio no projeto de monitoramento dos açudes nordestinos.

33. Os critérios de avaliação da Meta 1.4 de monitoramento da seca em princípio só poderiam ser aplicáveis aos 9 (nove) Estados participantes do projeto, em razão das suas características regionais. Além disso, uma vez que os dois tipos de eventos hidrológicos (cheias e estiagens) são possíveis de ocorrer nesses locais, a avaliação do Estado para alcance da Meta deve abranger tanto a rede de alerta de cheias, quanto de monitoramento de açudes. E ainda, deve ser proporcional ao tamanho da rede de estações, ou seja, ao número de estações que compõem a Rede de Alerta (cheias) em comparação a à respectiva rede de açudes.

34. O sistema GDH permite ainda, assim como o Gestor PCD, obter um indicador estatístico do desempenho mensal da produção e disponibilização do dado hidrológico de cota dos açudes. Desse modo, nos mesmos moldes em que são calculados os dados de transmissão telemétrica, o GDH calcula o total de estações que transmitem dados diários em relação ao total previsto (Figura 4).

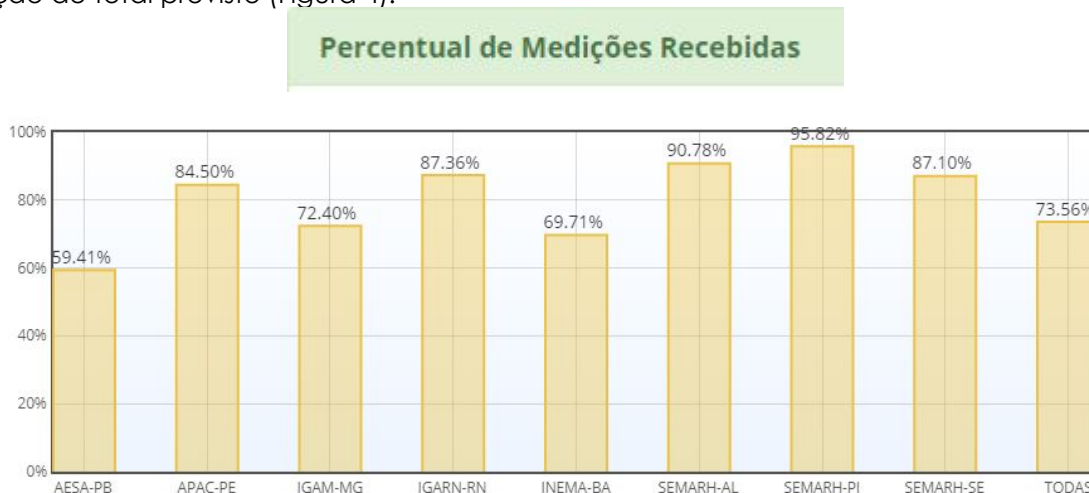


Figura 4 – Indicador mensal (%) de dados no GDH por órgão estadual

35. Uma vez que há grandes diferenças entre os tamanhos das redes de alerta e de açudes, e que as demandas de serviços são proporcionais à quantidade de estações sob a responsabilidade de uma instituição, **sugerimos a adoção de critérios proporcionais e individualizados para cada Estado**. Segue no Quadro 1 abaixo o total de PCD's instaladas tanto na Rede Alerta (cheias) quanto estações que enviam dados diários de cotas nos açudes (GDH), para fins de comparação entre o tamanho das redes de cada Estado:

| Estado | Qtde Estações GDH | Qtde Estações PCD | Total | GDH/PCD |
|--------|-------------------|-------------------|-------|---------|
| PB | 123 | 5 | 128 | 24,6 |
| RN | 68 | 7 | 75 | 9,7 |
| BA | 127 | 16 | 143 | 7,9 |
| PI | 27 | 6 | 33 | 4,5 |
| PE | 82 | 23 | 105 | 3,6 |
| AL | 7 | 11 | 18 | 0,6 |
| SE | 5 | 8 | 13 | 0,6 |
| MG | 9 | 40 | 49 | 0,2 |

Quadro 1 – Qtd estações no GDH (açudes) e de PCD's (Rede de Alerta)

36. Por outro lado, retomando a questão da Rede de Referência e a absorção da Rede de Alerta Estadual no modelo de operação já mencionado, sugerimos que sejam discutidas soluções alternativas para os critérios de cumprimento da Meta 1.4, desde que previsto nos instrumentos contratuais vigentes.

IV- CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES:

37. Das Unidades da Federação que participam atualmente do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas- Progestão, constatamos que a maioria alcançou os objetivos da Meta de Cooperação Federativa 1.4 relativa à Prevenção Hidrológica a Eventos Críticos, de acordo com a avaliação feita para o critério de manutenção das plataformas de coletas de dados (PCD's) da Rede de Alerta.

38. A metodologia de avaliação considerou o indicador estatístico (ITD) do sistema Hidro-Telemetria (Gestor PCD) que avaliou a quantidade de dados hidrológicos diários que são disponibilizados pelas PCD's em relação ao previsto para cada estação da Rede de Alerta.

39. Para as 24 (vinte e quatro) Unidades da Federação que atingiram o critério mínimo de 80% de ITD anual e/ou realizaram visitas de inspeção e manutenção das PCD's, certificamos o cumprimento da Meta 1.4, conforme relação abaixo:

| Ordem | Estado |
|-------|------------------|
| 1 | Acre |
| 2 | Alagoas |
| 3 | Bahia |
| 4 | Ceará |
| 5 | Distrito Federal |
| 6 | Espírito Santo |
| 7 | Goiás |
| 8 | Maranhão |
| 9 | Mato Grosso |



| Ordem | Estado |
|--------------|---------------------|
| 10 | Mato Grosso do Sul |
| 11 | Minas Gerais |
| 12 | Pará |
| 13 | Paraíba |
| 14 | Paraná |
| 15 | Pernambuco |
| 16 | Piauí |
| 17 | Rio Grande do Norte |
| 18 | Rio Grande do Sul |
| 19 | Rondônia |
| 20 | Roraima |
| 21 | Santa Catarina |
| 22 | São Paulo |
| 23 | Sergipe |
| 24 | Tocantins |

40. Para os Estados que não cumpriram os critérios e requisitos da Meta 1.4 em avaliação, Amazonas e Amapá, sugerimos a glosa integral.

41. Por fim, ante as peculiaridades regionais, as ações da Rede de Referência e do projeto de monitoramento de açudes do Nordeste, propomos a inclusão do critério que indica a participação do Estado no monitoramento diários dos açudes Nordestino, conforme explicitados nos itens acima, e ainda a revisão do critério ITD e manutenção de PCD's para os Estados que estão com a Rede de Alerta operada no modelo de Rede de Referência.

É o parecer técnico.

Brasília, 30 de abril de 2019

(assinado eletronicamente)
ERIKA DE CASTRO HESSEN
Especialista em Recursos Hídricos

(assinado eletronicamente)
EDUARDO BOGHOSSIAN
Engenheiro Eletrônico

(assinado eletronicamente)
FABRICIO VIEIRA ALVES
Coordenador de Operação da Rede Hidrometeorológica

De acordo, encaminhe-se ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SAS)

(assinado Eletronicamente)
MARCELO JORGE MEDEIROS
Superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica



Nota Técnica nº 13/2019/COAPP/SAS
Documento nº 02500.048020/2019-74

Em 9 de julho de 2019.

Ao Senhor Superintendente de Apoio ao SINGREH

Assunto: **Certificação do 1º período do 2º ciclo do Progestão referente ao exercício de 2018 e determinação do valor da 1ª parcela a ser transferida ao estado de Rio Grande do Norte.**

Referência: Processo nº 02501.003818/2018

1. Trata a presente Nota Técnica de apresentar a consolidação das certificações realizadas pelas Unidades Organizacionais da ANA (UORGs), responsáveis pela verificação das ações referentes ao cumprimento das metas de cooperação federativa, bem como ratificar a aprovação das metas de gestão de águas no âmbito do sistema estadual de recursos hídricos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, além de apresentar a planilha de cálculo do valor da parcela referente ao 1º período de avaliação do ciclo 2 do Progestão no estado do Rio Grande do Norte.

2. O Contrato nº 048/ANA/2018, celebrado entre a ANA e o Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte (IGARN), prevê o cumprimento de cinco metas de cooperação federativa, quatro grupos de variáveis com metas de gestão de águas no âmbito do sistema estadual de recursos hídricos, totalizando 31 variáveis de gestão, mantendo a tipologia de gestão "B", além de metas de investimentos na gestão de recursos hídricos a serem realizados com recursos próprios do estado, em seis variáveis críticas que, prioritariamente, demonstram a fragilidade do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos segundo o Referencial Básico de Avaliação, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e disponível no portal do Progestão. De acordo com o Anexo V do contrato supracitado, o estado optou em investir recursos próprios, com valor anual igual a R\$ 250 mil, no período 2019 a 2022, nas seguintes variáveis: organização institucional, comunicação social, planejamento estratégico, sistema de informações, outorga de direito de uso dos recursos hídricos e fiscalização.

3. As metas de cooperação federativa têm 50% do peso no cálculo do repasse e as metas de cumprimento no âmbito do sistema estadual têm os outros 50%. As metas de cooperação federativa permanecem de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação. Já no 2º ciclo do Progestão, as metas voltadas ao fortalecimento do sistema estadual, com repercussão financeira a partir do 2º período de avaliação, foram divididas em: Metas de Gestão de Águas (Anexo IV), com peso de 25%, e Metas de Investimento (Anexo V), com peso de 25%.

4. As metas de investimento contemplam o comprometimento, por parte do orçamento do estado, no valor anual de R\$ 250 mil entre 2019 e 2022, tendo sido priorizado a aplicação de recursos na variável "*Sistema de Informações*".

5. No 1º período do 2º ciclo do Progestão, são avaliados o cumprimento das metas de cooperação federativa e a aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (CONERH) do Quadro de Metas constantes dos Anexos III, IV e V do contrato em referência. Além do cumprimento das metas pactuadas, o contrato do 2º ciclo do Progestão prevê um Fator de Redução, que incide sobre o valor total calculado da parcela. No Anexo I do Contrato nº 048/2018/ANA está descrito o processo de certificação das metas.

6. A fim de orientar o IGARN sobre o cumprimento das metas do contrato, foram enviados informes. No mês de junho de 2018, o Informe nº 09 apresentou orientações sobre a meta 1.5 referente à segurança de barragens. Posteriormente, em setembro, o Informe nº 11/2018 apresentou orientações para o envio, até 31 de outubro, de manifestação referente à relação das redes de alerta estaduais associado ao item I da meta 1.4. O Informe nº 12/2018, de outubro, apresentou as orientações gerais para o cumprimento das metas de cooperação federativa no ano de 2018. Em janeiro de 2019, o Informe nº 01/2019 apresentou o calendário Progestão 2019 e as orientações sobre documentação para a certificação do período de 2018, que envolve: o Relatório Progestão 2018, o Formulário de Autoavaliação 2018 devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), o ofício para solicitação da transferência de recursos financeiros, além dos itens constantes do Fator de Redução, como o plano plurianual de aplicação dos recursos Progestão.

7. Conforme previsto nos Informes e nas Resolução ANA nº 1485/2013 e nº 1506/2017, o IGARN encaminhou à ANA, por meio do Ofício nº 55/2019/IGARN, de 29 de março de 2019 (Doc. nº 020229/2019), o **Relatório Progestão 2018 – 2º Ciclo** (Doc. nº 021072/2019), apresentando o cumprimento das metas de cooperação federativa. Posteriormente, por meio do Ofício nº 83/2019/IGARN, de 30 de abril de 2019 (Doc. nº 026535/2019), o IGARN enviou o **Formulário de Autoavaliação 2018** das metas de gerenciamento de recursos hídricos no âmbito estadual. Além disso, foram encaminhados, conforme previsto no contrato, a aplicação dos recursos Progestão no período de 2014 a 2018, o Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos Progestão para o período 2019-2022 e o Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. A ata da 40ª reunião ordinária do CONERH, de 29/04/2019, acompanhada da declaração comprovando a aprovação pelo Conselho foi protocolada em 26/06/2019 (Doc. nº 043349/2019).

8. No **Quadro 1**, abaixo, apresentam-se as metas de cooperação federativa com as respectivas certificações para o Rio Grande do Norte. Cabe destacar que nesse 1º período de avaliação as metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual não têm impacto financeiro.

Quadro 1. Certificações das metas de cooperação federativa do 1º período do ciclo 2 do Progestão do estado de Pernambuco pelas UORGs responsáveis no ano de 2018.

| Metas de Cooperação Federativa | UORG responsável | Documento de referência | Situação de atendimento |
|---|-------------------------|--|--------------------------------|
| I.1. Integração de dados de usuários de recursos hídricos | SFI/COCAD | Parecer Técnico nº 07/2019/COCAD/SFI (Doc. nº 026146/2019) | Atendeu |
| | SIP/COSUB | Nota Técnica nº 26/2019/ COSUB/SIP (Doc. nº 034904/2019) | 99,61% |
| I.2. Capacitação em recursos hídricos | SAS/CCAPS | Nota Técnica nº 03/2019/ CCAPS/SAS (Doc. nº 034818/2019) | Atendeu |
| I.3. Contribuição para difusão do conhecimento | SPR | Nota Técnica nº 34/2019/SPR (Doc. nº 032635/2019) | 94% |
| I.4. Prevenção de eventos hidrológicos críticos | SGH | Parecer Técnico nº 113/2019/SGH (Doc. nº 026591/2018) | Atendeu |
| | SOE/COART | Nota Técnica nº 12/2019/COART/SOE (Doc. nº 026698/2019) | Atendeu |
| I.5. Atuação para segurança de barragens | SRE/COSER | Nota Técnica nº 31/2019/COSER/SRE (Doc. nº 033045/2019) | 75% |

SFI: Superintendência de Fiscalização; SIP: Superintendência de Implementação de Programas e Projetos; SPR: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos; SGH: Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica; SOE: Superintendência de Operações e Eventos Críticos; SRE: Superintendência de Regulação.

9. O estado do Rio Grande do Norte atendeu parcialmente as metas de cooperação federativa, segundo os critérios e requisitos estabelecidos. Sobre a meta 1.5, de acordo com a Coser, o estado regularizou 49 do total de 60 barramentos pactuados. Além disso alegou que, diversas barragens apresentadas como classificadas em 2018 já constavam como classificadas em 2017. Por estes motivos, obteve 75% da nota nesta meta. Entretanto, alertam que cabe reconsideração desde que fundamentado pelo estado.

10. As metas de gestão de águas no âmbito do sistema estadual de recursos hídricos foram atendidas integralmente, tendo em vista a aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do novo Quadro de Metas do estado (Anexos III, IV e V).

11. Cumpre ressaltar que, para orientar o cumprimento das metas do 2º ciclo do Progestão, foi realizada uma videoconferência, no dia 26 de outubro de 2018, que contou com a presença da equipe do IGARN. Os assuntos tratados e encaminhamentos realizados estão registrados na Ajuda Memória Progestão nº 04/2019/COAPP/SAS (Doc. nº 008421/2019).

12. Considerando a alínea m do inciso II da Cláusula Terceira, reiterada pelo inciso IV da Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 048/ANA/2018, que condiciona a utilização dos recursos recebidos em ações de gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, foi solicitado que os estados encaminhassem, como parte integrante ao Relatório Progestão 2018 – 2º Ciclo, a forma de aplicação desses recursos.

13. O IGARN informou a aplicação dos recursos já recebidos conforme **Quadro 2** (Doc. nº 020991/2019). Da análise dos dados, cabe alertar que, em 2018, assim como em 2017, sobressaem as despesas envolvendo diárias e passagens, e serviços de terceiros, notadamente aquelas relativas à contratação de pessoal (bolsistas e consultoria), que caracterizam aplicação dos recursos em custeio. O desembolso dos recursos do Progestão ao longo do 1º ciclo do programa, período 2014-2018, corresponde a aproximadamente 95% dos valores repassados e seus rendimentos até 2018.

Quadro 2. Aplicação dos recursos do Progestão no Rio Grande do Norte até 2018 (em R\$).

| DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| DIÁRIAS E PASSAGENS | 80.969,48 | 245.681,57 | 364.993,06 | 492.913,96 | 445.247,37 | 1.629.805,44 |
| Diárias | 56.190,00 | 218.950,00 | 313.235,00 | 393.715,00 | 364.277,50 | 1.346.367,50 |
| Passagens | 24.779,48 | 26.731,57 | 51.758,06 | 99.198,96 | 80.969,87 | 283.437,94 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 49.565,35 | 52.115,46 | 82.801,64 | 146.161,77 | 135.753,70 | 466.397,92 |
| Material de expediente | 0 | 15.477,90 | 12.968,95 | 12.565,90 | 31.662,80 | 41.012,75 |
| Reposição para veículos | 0 | 9.076,00 | 24.572,37 | 41.861,62 | 33.036,17 | 75.509,99 |
| Combustível | 0 | 0 | 0 | 26.795,51 | 48.244,27 | 26.795,51 |
| Material de segurança e campo | 0 | 15.527,38 | 8.463,35 | 2.886,00 | 2.298,00 | 26.876,73 |
| Material de laboratório | 0 | 3.962,83 | 14.505,46 | 9.991,61 | 11.211,71 | 28.459,90 |
| Outros | 49.565,35 | 8.071,35 | 22.291,51 | 52.061,13 | 9.300,75 | 131.989,34 |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 17.899,9 | 3.573,00 | 17.850,00 | 104.136,05 | 15.299,00 | 158.757,95 |
| Veículos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mobiliário | 0 | 0 | 6.660,00 | 4.688,00 | 0 | 11.348,00 |
| Computadores/Impressoras | 0 | 0 | 9.500,00 | 98.426,70 | 11.249,00 | 119.175,70 |
| Outros | 17.899,90 | 3.573,00 | 1.690,00 | 1.021,35 | 4.050,00 | 28.234,25 |

| DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | TOTAL |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA | 131.440,61 | 154.470,46 | 237.534,46 | 466.996,67 | 420.961,19 | 1.411.403,39 |
| Contratação de pessoal (Bolsistas) | 5.619,60 | 94.396,10 | 135.599,00 | 247.200,00 | 247.200,00 | 730.014,70 |
| Contratação de pessoal (Consultoria) | 0 | 0 | 7.200,00 | 24.706,28 | 1.200,00 | 33.106,28 |
| Contratação de estudos e projetos | 14.574,63 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.574,63 |
| Serviços de manutenção das estações da rede de monitoramento hidrometeorológico | 15.000,00 | 2.950,00 | 0 | 5.840,00 | 1.700,00 | 25.490,00 |
| Despesas com Comitês e CONERH | 10.000,00 | 0 | 5.411,91 | 41.335,00 | 0 | 56.746,91 |
| Ações de capacitação | 10.920,00 | 6.770,00 | 8.089,00 | 7.930,00 | 6.900,00 | 40.609,00 |
| Contratação de serviços de informática | 14.565,00 | 8.440,00 | 12.225,90 | 8.480,00 | 11.352,00 | 55.062,90 |
| Contratação de empresas para eventos | 0 | 1.080,00 | 4.620,00 | 11.745,00 | 23.390,00 | 40.835,00 |
| Contratação de serviços de comunicação | 0 | 0 | 0 | 2.780,87 | 2.678,13 | 5.459,00 |
| Melhoria da estrutura física da sede | 0 | 0 | 0 | 32.482,79 | 14.764,00 | 47.246,79 |
| Serviços gráficos | 7.988,00 | 13.662,20 | 12.437,60 | 19.417,00 | 14.213,00 | 67.717,80 |
| Manutenção de veículos | 29.091,52 | 9.530,00 | 19.766,20 | 50.208,40 | 42.038,25 | 150.634,37 |
| Seguro de veículos | 8.303,46 | 2.899,39 | 5.944,10 | 3.600,83 | 14.538,64 | 35.286,42 |
| Locação de veículos | 0 | 0 | 0 | 9.670,50 | 40.987,17 | 50.657,67 |
| Serviços de laboratório de análise | 8.968,40 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.968,40 |
| Manutenção de infraestrutura hídrica | 5.510,00 | 14.782,77 | 17.645,75 | 0 | 0 | 37.938,52 |
| Serviços de publicidade | 900,00 | 0 | 0 | 1.600,00 | 0 | 2.500,00 |
| Outros | 0 | 0 | 8.595,00 | 0 | 0 | 8.595,00 |
| OUTRAS DESPESAS (Suprimento) | 10.000,00 | 0 | 6.000,00 | 6.000,00 | 0 | 22.000,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS | 289.875,34 | 455.840,49 | 709.179,16 | 1.216.208,45 | 1.018.469,71 | 3.689.573,15 |
| PARCELA PROGESTÃO TRANSFERIDA | 750.000,00 | 702.705,00 | 743.250,00 | 732.750,00 | 728.625,00 | 3.656.625,00 |
| RENDIMENTOS | 53.119,46 | 47.129,14 | 68.876,77 | 36.979,70 | 6.700,15 | 195.473,07 |
| SALDO PROGESTÃO | 513.244,12 | 807.237,77 | 910.185,38 | 463.706,63 | 162.524,92 | 162.524,92 |

14. Para a assinatura do contrato do 2º ciclo do Progestão, o Governador do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Ofício nº 89/2018-GE (Doc. nº 028334/2018), manifestou interesse em dar continuidade ao programa e ratificou o Decreto Estadual nº 23.745, de 10/09/2013 e, na oportunidade, declarou que utilizou e/ou empenhou 91,2% do montante repassado pelo programa até 31/12/2017 em ações voltadas exclusivamente à gestão e ao fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

15. Tendo em vista o alcance parcial das metas de cooperação federativa, a aprovação do novo Quadro de Metas para o próximo ciclo do Progestão, o cumprimento do item 3.3.1 do Anexo I do Contrato relativo ao desembolso dos recursos do programa transferidos ao estado até 2017, e ainda a apresentação do Plano de Aplicação Plurianual dos recursos do Progestão estabelecido no critério "c" do Fator de Redução, o IGARN obteve nota

final da certificação de 2018 igual a 96,88% e, portanto, faz jus à transferência de recursos neste **1º período do ciclo 2** do Progestão no valor de **R\$ 968.805,00 (novecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinco reais)**, conforme detalhado no **Anexo I** desta Nota Técnica, uma vez comprovada a regularidade fiscal da entidade, prevista na Cláusula Décima Primeira do mesmo contrato.

16. Por meio do Ofício nº 84/2019, de 30 de abril de 2019 (Doc. nº 026542/2019), o IGARN solicita a liberação da 1ª parcela do ciclo 2 do Progestão, conforme previsto no art. 12, inciso III, item I da Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013.

17. Recomenda-se o envio desta Nota Técnica ao IGARN, responsável pelo contrato Progestão no estado para ciência e, se for o caso, apresentação de manifestação no prazo máximo de 10 dias úteis a partir do Aviso de Recebimento.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY
Gestor do Contrato nº 048/ANA/2018
Portaria ANA nº 122, de 10 de maio de 2019

De acordo. Ao Superintendente de Apoio ao SINGREH para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Encaminhar ao IGARN para ciência e apresentação de contestação no prazo máximo de 10 dias úteis, se for o caso.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

ANEXO I

| Período | Progestão - Determinação do valor da parcela a ser paga ao estado | | PROGESTÃO Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas | | | | | |
|---|---|---|--|--|--------------------|-----------|-----------|----|
| | Gestor do Contrato: | José Luiz Gomes Zoby | | | | | | |
| 1 | Estado: | RN | | | | | | |
| | TIPOLOGIA | B | | | | | | |
| EDITAR APENAS CÉLULAS COM PREENCHIMENTO AZUL | | | | | | | | |
| I. Metas de Cooperação Federativa (Anexo III) | ID | Metas/Variáveis | Período 1 - 2º Ciclo | | | | | |
| | | | Pesos (%) | Variável Avaliada? | Mi | Mi*Pi (%) | | |
| | 1.1 | Integração das bases cadastrais de águas superficiais e subterâneas | 5 | | 1,00 | 5 | | |
| | 1.2 | Complementação de dados adicionais sobre poços | 5 | SIM | 1,00 | 4,9805 | | |
| | 2 | Capacitação em recursos hídricos | 10 | NÃO | 1,00 | 10 | | |
| | 3 | Contribuição para difusão do conhecimento | 10 | SIM | 0,94 | 9,4 | | |
| | 4.1 | Sala de Situação | 5 | | 1,00 | 5 | | |
| 4.2 | Transmissão e disponibilização de dados telemétricos das PCDs | 5 | SIM | 1,00 | 5 | | | |
| 5 | Atuação para segurança de barragens | 10 | SIM | 0,75 | 7,5 | | | |
| II. Metas Estaduais (Anexo IV) | Metas/Variáveis | Pesos (%) | Variável Avaliada? | mi | | Mi*Pi (%) | | |
| | | | | mi | Mi | | | |
| | II.1 Legais, institucionais e de Articulação Social | 1.1 | Organização Institucional | | OBRIGATÓRIA | 1 | 1 | 10 |
| | | 1.2 | Gestão de Processos | | SIM | 1 | | |
| | | 1.3 | Arcabouço Legal | | OBRIGATÓRIA | 1 | | |
| | | 1.4 | Conselho Estadual de Recursos Hídricos | | OBRIGATÓRIA | 1 | | |
| | | 1.5 | Comitês de Bacias e Outros Organismos Colegiados | | SIM | 1 | | |
| | | 1.6 | Agências de Água ou de Bacia ou Similares | | SIM | 1 | | |
| | | 1.7 | Comunicação Social e Difusão de Informações | | SIM | 1 | | |
| | | 1.8 | Capacitação | | OBRIGATÓRIA | 1 | | |
| | | 1.9 | Articulação com Setores Usuários e Transversais | | SIM | 1 | | |
| | | | $\sum mi$ Bloco II.1 | | MÍNIMO: 4 | 9 | | |
| | II.2 Planejamento | 2.1 | Balço Hídrico | | OBRIGATÓRIA | 1 | 1 | 5 |
| | | 2.2 | Divisão Hidrográfica | | OBRIGATÓRIA | 1 | | |
| | | 2.3 | Planejamento Estratégico | | OBRIGATÓRIA | 1 | | |
| | | 2.4 | Plano Estadual de Recursos Hídricos | | OBRIGATÓRIA | 1 | | |
| | | 2.5 | Planos de Bacias | | SIM | 1 | | |
| | | 2.6 | Enquadramento | | SIM | 1 | | |
| | | 2.7 | Estudos Especiais de Gestão | | SIM | 1 | | |
| | | | $\sum mi$ Bloco II.2 | | MÍNIMO: 4 | 7 | | |
| II.3 Informação e suporte | 3.1 | Base Cartográfica | | OBRIGATÓRIA | 1 | 1 | 5 | |
| | 3.2 | Cadastro de Usuários e Infraestrutura | | OBRIGATÓRIA | 1 | | | |
| | 3.3 | Monitoramento Hidrometeorológico | | OBRIGATÓRIA | 1 | | | |
| | 3.4 | Monitoramento de Qualidade de Água | | SIM | 1 | | | |
| | 3.5 | Sistema de Informações | | SIM | 1 | | | |
| | 3.6 | Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação | | SIM | 1 | | | |
| | 3.7 | Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão | | SIM | 1 | | | |
| | 3.8 | Gestão de Eventos Críticos | | SIM | 1 | | | |
| | | $\sum mi$ Bloco II.3 | | MÍNIMO: 3 | 8 | | | |
| II.4 Operacional | 4.1 | Outorga de Direito de Uso | | OBRIGATÓRIA | 1 | 1 | 5 | |
| | 4.2 | Fiscalização | | SIM | 1 | | | |
| | 4.3 | Cobrança | | SIM | 1 | | | |
| | 4.4 | Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão | | SIM | 1 | | | |
| | 4.5 | Infraestrutura Hídrica | | SIM | 1 | | | |
| | 4.6 | Fundo Estadual de Recursos Hídricos | | SIM | 1 | | | |
| | 4.7 | Programas e Projetos Indutores | | SIM | 1 | | | |
| | | $\sum mi$ Bloco II.4 | | MÍNIMO: 1 | 7 | | | |
| III. Metas Estaduais (Anexo V) | II.6 Metas de investimento | Metas/Variáveis | | Peso (%) | Variável Avaliada? | Mi | Mi*Pi (%) | |
| | | 1 | Metas de investimentos em variáveis críticas do Modelo Lógico do Progestão | 25 | SIM | 1 | 25 | |
| Fator de Redução (FR) | Desembolso ou empenho é inferior a 50% do total de recursos transferidos pelo Programa até o final do primeiro ciclo? | | NÃO | Pprogestão (%) 96,8805 Pmax (%) 100 Ano de Exercício 2018 Vmax (R\$) 1.000.000,00 Vparcela (R\$) 968.805,00 | | | | |
| | Fator de Redução | | 0 | | | | | |

m_i : indicador de atendimento da variável estadual de gestão (não cumpriu: 0 ou cumpriu: 1)
 M_i : indicador de atendimento da meta (de 0 a 1)
 $P_{máx}$: somatório do peso das metas (em %)
 P_i : peso atribuído à meta conforme Anexos III, IV e V do Quadro de Metas (em %)
 $P_{progestão}$: percentual de atendimento (entre 0 e 100%)
 $V_{máx}$: valor máximo da parcela (R\$ 1 milhão)
 $V_{parcela}$: valor do repasse anual (em R\$)